

PAISAGEM E A ARQUITETURA PAISAGISTA: CONCEITOS, VALORES, COMPONENTES E COMPETÊNCIAS À INTERVENÇÃO

FREIRE, MARIA ^a

Universidade de Évora. Escola de Ciências e Tecnologia,
Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento.
Centro de História de Arte e Investigação Artística
Apartado 94 – 7002-554 Évora, Portugal
mcmf@uevora.pt

RESUMO

O objetivo é explorar as noções indispensáveis à intervenção na paisagem, em particular os conceitos, os valores, os componentes e as competências fundamentais, na perspetiva da arquitetura paisagista, ponto de partida para o vocabulário que a singulariza e para a ação que realiza. A paisagem é o espaço físico, sensorialmente experienciado e vivido pelo Homem, que inclui componentes naturais (o relevo, a vegetação, a água, o solo e o ar) e componentes culturais (os elementos e estruturas construídas). É, por isso, a matéria, o espaço e o tempo que nos envolve e integra. Os conceitos e valores em que a arquitetura paisagista se apoia – território, sistema, dinâmica, adaptabilidade, contexto, sítio, lugar, essência, autenticidade, sustentabilidade, estética, cultura, ecologia e ética – procuram exprimir a ordem lógica e sentido inclusivo das especificidades envolvidas no raciocínio realizado num qualquer processo de compreensão e/ou intervenção na paisagem. Estes exprimem o suporte, a matéria, o espaço, os processos, as organizações, as funções, os valores e as atitudes que operam na Natureza e na Cultura, que se agilizam, revelam ou enaltecem, numa qualquer intervenção, num dado espaço e momento concreto. Deste modo, entre as competências fundamentais ao arquiteto paisagista encontram-se as atitudes essencialmente relacionadas com a complexidade da paisagem e com a função que o mesmo tem perante ela, em particular: a atitude de síntese, a necessidade de dominar simultaneamente o projeto e o desenho da paisagem, a visão inclusiva, a valorização da estética e da ética da paisagem e a reflexão crítica.

Palavras-chave: paisagem; arquitetura paisagista; componentes; conceitos e valores; competências

^a Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref.^a UID/EAT/00112/2013

1. A paisagem e a arquitetura paisagista

A noção de **paisagem** envolve a Natureza e o Homem. De modo simplificado, o Homem adicionou à Natureza a Cultura e produziu paisagens. Retirou e acrescentou matéria, criou novas relações e equilíbrios, construiu uma nova ordem, manteve ou ativou outras dinâmicas (**Ilustração 1**). A paisagem é por isso o espaço físico, sensorialmente experienciado e vivido pelo Homem, que inclui **componentes naturais** (o relevo, a vegetação, a água, o solo, o ar) e **componentes culturais** (elementos e estruturas construídas). É assim a matéria, o espaço e o tempo que nos envolve e integra.

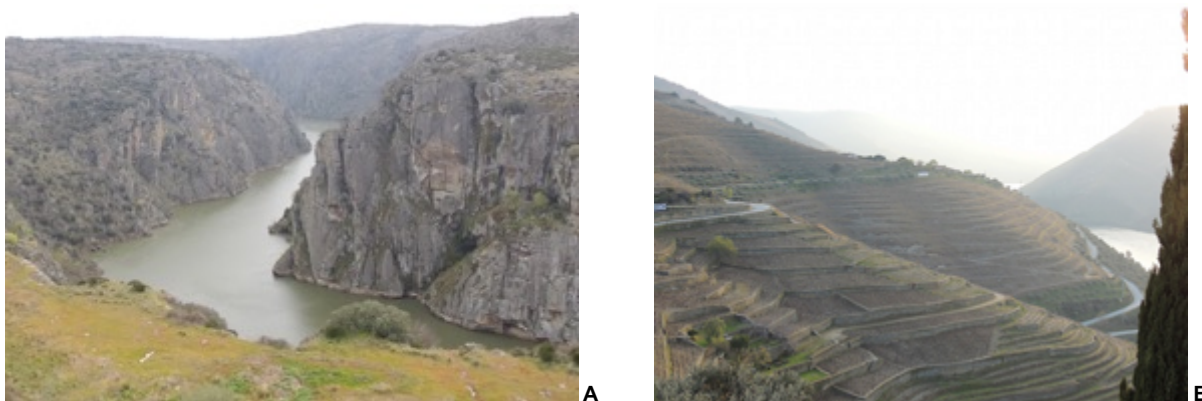


Ilustração 1 – Vale do Rio Douro (Região Norte, Portugal):
(A) paisagem mais natural (classificada como Parque Natural do Douro Internacional);
(B) paisagem humanizada (classificada pela UNESCO como património da Humanidade, na categoria de paisagem cultural).

Fonte: fotografias da autora, em 2017.

Esta compreensão não é, no entanto, universal (nem no presente nem o foi no passado). Ao longo do tempo tem ocorrido várias definições de paisagem, circunstância que é motivada pelos vários contextos culturais e interesses disciplinares. Daí que haja a necessidade de, na contemporaneidade, clarificar o conceito e simultaneamente estabelecer estratégias que promovam, de um modo global, a proteção, a gestão e o ordenamento e projeto da paisagem. É neste contexto que valorizamos a pertinência de, na União Europeia, o conceito de paisagem ter sido definido e regulamentado no início deste século, através da Convenção Europeia da Paisagem, onde paisagem é designada como “[...] uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos” (CONSELHO DA EUROPA, 2000, art.º 1) e, também, de presentemente decorrerem esforços para a criação de uma Convenção Internacional da Paisagem.

Face à aceção do conceito inicialmente exposta é indiscutível a transversalidade da paisagem a muitas áreas disciplinares, que a utilizam enquanto objeto de estudo, de inspiração, de suporte ou de existência. Entre as áreas disciplinares que estudam e intervêm

na paisagem a nossa atenção centra-se na **arquitetura paisagista** - ou a arquitetura da paisagem - que a utiliza como objeto de estudo e de suporte à intervenção, uma vez que a paisagem constitui o fundamento da sua existência. Desde a fundação da arquitetura paisagista, entende-se esta área disciplinar enquanto arte e ciência, que colabora com a Natureza, colocada à disposição do Homem para satisfação das suas necessidades (onde se incluem os domínios físicos, sociais e estéticos) (FREIRE, 2015). A intervenção do arquiteto paisagista na paisagem começa então pelo ato de tomar consciência do espaço biofísico, da cultura e beleza do lugar. Essa intervenção manifesta-se numa ação refletida, numa síntese integrada de conhecimentos, que se realiza sobre um dado espaço e num momento concreto numa procura de responder às exigências da sociedade (sociais, económicas e histórico-culturais), com valorização da Natureza (elementos e espaços naturais) e com preocupações estéticas (emotivas, sensíveis). Assim se justifica que a ação destes profissionais da paisagem compreenda uma perspectiva integrada, sustentada no ligar, no inter-relacionar e no compatibilizar de fundamentos ecológicos, de interesses económicos, de intuítos sociais e culturais, de considerações estéticas e, naturalmente, também de princípios éticos (perante a Natureza e a Cultura). Uma aproximação que materializa “[...] paisagens biologicamente equilibradas, ecologicamente estáveis, socialmente vividas e belas.” (TELLES, 1992, p. 10).

Portanto, nas reflexões que o arquiteto paisagista realiza e nos estudos e projetos em que participa, enquadram-se ações que envolvem âmbitos variados e escalas de intervenção circunscritas e alargadas. Destes destacam-se o estudo e desenho da paisagem (caracterização, avaliação, ordenamento e o planeamento regional e urbano), o projeto de grandes e pequenos espaços abertos (públicos e privados), a integração de transformações do uso do solo (turismo, agricultura, florestas e indústrias) e de infraestruturas, mas também as ações que se ligam à conservação da Natureza e valorização do património cultural e a gestão da paisagem.

2. Paisagem: conceitos, valores e componentes

Na perspectiva da compreensão e/ou intervenção na paisagem são conceitos e valores fundamentais: território, sistema, dinâmica, adaptabilidade, contexto, sítio, lugar, essência, autenticidade, sustentabilidade, estética, cultura, ecologia e ética (FREIRE, 2011). Globalmente este conjunto procura exprimir a ordem lógica e sentido inclusivo das especificidades envolvidas num raciocínio de compreensão ou processo de intervenção na paisagem. Nesta sequência, é o suporte, a matéria, o espaço, os processos, as organizações, as funções, os valores e as atitudes que operam na Natureza e na Cultura, que se agilizam,

revelam e enaltecem, na intervenção realizada pelo arquiteto paisagista num dado espaço e momento concreto.

O conceito de paisagem funda-se no de território. O **território** entende-se como o suporte da intervenção humana, o espaço com características físicas e estrutura que condicionam a atividade do Homem e lhe suscita uma experiência sensível. As propriedades muito diferenciadas que o território apresenta ao nível dos componentes naturais – relevo, solo, água, clima e vegetação – asseguram-lhe assim sempre um carácter distintivo, nunca neutral à intervenção humana, que lhe sugere direções (LENCLUD, 1995; NORBERG-SCHULZ, 1997).

A paisagem é regulada pela noção de **sistema**. Ao sistema corresponde um espaço onde se estabelecem múltiplas continuidades – de natureza biológica, física, cultural e estética – as que há que observar numa qualquer intervenção. Assim a paisagem como os seus processos e não a paisagem como objeto. Daí que a intervenção que o arquiteto paisagista valoriza incida sobre a ligação e interligação de tais **processos**, de que são ilustrativos os subsistemas biofísicos (que valorizam as componentes naturais, como a água, o ar, o solo vivo, a vegetação e a fauna) ou os subsistemas marcadamente humanistas (que valorizam as componentes relacionadas com o homem, como o funcional, o produtivo, o social, o histórico, o emocional e o simbólico).

Ao sistema e seus processos associa-se a **dinâmica**. Esta está presente no sistema vivo paisagem através das permanentes e múltiplas ações, geradas pelos domínios natural (biofísico) e cultural (antrópico). A permanente transformação do território acontece graças à ação da Natureza, através dos fenómenos desencadeados pelos principais agentes (ar, sol e água). Os outros processos que estão relacionados com a presença do Homem, compreendem as ações que este realiza através da exploração racional e irracional dos recursos naturais (essenciais à sua vivência) e através do ser natural que é e da vida em sociedade que lhe é própria (também essenciais à sua vivência), em âmbitos significativamente diversificados (funcionais, produtivos, sociais, emocionais e simbólicos); ao longo do tempo, estes procedimentos são os que originam e transformam a paisagem mais significativamente. Como o sintetiza Ribeiro Telles (2002, p. 73), a paisagem é “[...] um todo biológico e orgânico em que cada elemento que a compõe influencia e é influenciado pelos restantes numa cadeia, em permanente movimento cíclico, determinada pelo «meio» e recriada pelo «homem»”.

Assim, à paisagem associa-se uma dinâmica que envolve várias dimensões (físicas, histórico-culturais e estéticas). Um movimento que se estabelece num complexo sistema de trocas e interações entre matérias, elementos e espaços, marcado por determinações ecológicas e

pela Cultura. Ainda que frequentemente 'abstratas', tais inter-relações devem ser compreendidas e tornadas visíveis no decorrer do processo de intervenção, procurando-se ir ao encontro da valorização do equilíbrio face aos elementos em presença. Cada lugar da paisagem tem uma dinâmica única, encontrada essa dinâmica, a perspectiva da intervenção inscreve-se entre a manutenção dessa dinâmica ou, pelo contrário, a sua alteração, acelerando-a ou reduzindo-a, no extremo, eliminando-a porque inadequada ou finalizada.

A modificação constante da paisagem é perceptível nas continuadas transformações a que está sujeita, mas também na capacidade de resposta que apresenta, a cada nova circunstância, ou seja, na sua **adaptabilidade**. Esta condição, comum a todos os sistemas e seres vivos na paisagem, significa ir ao encontro de um novo equilíbrio. Uma mudança que pode exibir interligações com qualidade diferente, circunstância que deixa explícito que os elementos que constituem a paisagem estão num estado de forte inter-relação, consequência da continuidade espacial e temporal que a caracteriza.

A intervenção na paisagem nunca ocorre então sobre o vazio. Em qualquer situação o espaço possui características biofísicas e culturais, que se inscrevem numa ocorrência única – uma história, uma memória, uma dada atmosfera, uma ambiência que lhe é específica, que pode ser dada pelos materiais, formas, estrutura, objetos, padrões, eventos, entre outros aspetos. A que acresce o facto de se tratar de um espaço que é, também, percebido diferentemente por cada indivíduo.

Tais componentes ligadas às condições concretas de cada espaço num dado momento estão, por sua vez, relacionadas com uma conjuntura espacial e temporal mais abrangente, um enquadramento que é abarcado na noção de **contexto**. Cada espaço ou elemento da paisagem estabelece (e eventualmente revela) as relações interdependentes com o todo em que se inscreve. A situação específica do espaço relaciona-se não só com os seus determinantes biofísicos (a atmosfera, o solo, a topografia, a luz, o coberto vegetal, entre outros aspetos), mas também com os aspetos de ordem cultural, social e histórica (edificações e outras construções humanas que incluam elementos inertes e vivos). Deste modo a contextualidade atua como um 'ligante' das componentes espaciais, funcionais, ecológicas e culturais. O contexto, apreendido nas propriedades biofísicas e sensoriais da paisagem, bem como na história da sua evolução, interpõe-se então entre tempo, matéria e espaço. Por isso, qualquer intervenção deve estabilizar-se entre as interpretações materiais, espaciais e temporais, que envolvem confrontações com níveis de aproximação mais amplos ou mais restritos, o que justifica abordar-se sempre a paisagem a diferentes escalas (frequentemente alternando-se escalas).

Se, no contexto mais amplo, é imperativa a noção de sistema antes tratada, no contexto mais restrito, observa-se as qualidades destacáveis ou distintas de um espaço da paisagem, face ao contexto dominante mais vasto, traduzíveis nos conceitos de sítio e de lugar¹.

O **sítio** é entendido como o suporte, o espaço que apresenta uma dada matéria, forma, modo de construção e dinâmica (fatores que determinam a sua evolução). Este nunca é indiferente a qualquer intervenção, nunca possui um carácter neutral, encerra, por isso, um sentido potencial que pode vir ou não a revelar-se numa intervenção, em função das suas propriedades e da evolução no tempo (ALFAIATE, 2000) (**Ilustração 2**).



Ilustração 2 – Parque Linear Ribeirinho Estuário de Tejo (Alverca do Ribatejo e Póvoa de Santa Iria, Portugal) de 2013, da autoria do atelier de arquitetura paisagista TOPIARIS.

O sítio - estuário do Rio Tejo - onde se inscreve foi determinante à concepção do projeto.

Fonte: fotografia de João Morgado disponível em <https://www.cm-vfxira.pt/frontoffice/pages/50?news_id=2623>. Acesso em: 16 de agosto 2018.

O **lugar** é entendido como o resultado da construção que o Homem operou num determinado sítio, que interpretou e que modificou. Apresenta, por isso, significados culturais e naturais, que se relacionam com o contexto mais geral em que se inscreve. Os lugares são ‘implantações’ que o Homem concretiza de modo articulado com o território (Norberg-Schulz, 1997). A expressão *genius loci*² (o génio, o espírito ou carácter do lugar) traduz a ‘atmosfera geral do lugar’ e alude ao que é único, que interfere com as conotações e significados que cada um atribui aos lugares. É indiscutivelmente um conceito global, uma síntese carregada de valores.

Consequentemente, o carácter distintivo ou a singularidade de um lugar exprimem-se na sua **essência**. O lugar, como espaço de comunicação, concentra a essência, aquilo que potencia ou constitui a gênese da sua transformação. O objetivo principal da arquitetura (e também da

¹ Conceitos diretamente relacionados com os de território e de paisagem, mais vastos.

² Expressão desenvolvida por Norberg-Schulz no livro cujo título apresenta essa mesma expressão.

arquitetura paisagista, na nossa opinião) é o transformar um sítio num lugar, ou antes, de descobrir os sentidos potenciais presentes *a priori* num dado espaço (Norberg-Schulz, 1997)

Entre os principais valores que concorrem para a definição da essência do lugar ou essência da paisagem, encontram-se os de autenticidade e sustentabilidade.

O conceito de **autenticidade** corresponde às características autênticas e singulares do espaço, definidoras da sua essência, sejam físicas ou culturais.

A **sustentabilidade** relaciona-se com a ideia de continuidade, configura a civilização e as atividades humanas, de modo a que o Homem, a sociedade e as economias assegurem a satisfação das necessidades do presente, afirmando a manutenção dos recursos e ecossistemas naturais, na perspectiva da sua utilização pelas gerações futuras.

Os mencionados valores de autenticidade e sustentabilidade são construídos sobre uma base que é simultaneamente cultural, estética, ecológica e ética, sendo por isso multidimensionais.

A vida do Homem pressupõe a transformação da Natureza e a criação artificiosa de 'apoios' (a produção e preparação de alimentos, a construção de alojamentos e dispositivos comunitários e de sociabilidade). Assim, ao longo do tempo, as comunidades humanas foram modificando o território e criando lugares onde presente e passado são sincrónicos, lugares que estão cheios de história e **Cultura**, que suscitam sensações distintas e pontos de vista de atuação diferentes, face a cada pessoa e a cada circunstância. A Cultura é então o património material e imaterial de toda a comunidade presente no lugar que a acolhe (FERRIOLO, 2007). Sempre sujeita a modificações, a Cultura engloba aspetos sociais, económicos e históricos sendo que é predominantemente transmitida e herdada de gerações anteriores e de outras sociedades (só numa pequena parte é produzida pelas gerações do presente), que os membros de uma dada sociedade partilham e acedem diferentemente e sob certas condições³.

Como já descrevemos, a paisagem é um todo real, visível e sensível, que se oferece à vivência estética (SERRÃO, 2004). As questões da **estética** da paisagem enquadram uma parte objetiva e outra subjetiva, como analisam Assunto (1994) e Serrão (2004), uma relação de 'simbiose', nas palavras da primeira e, nas da segunda, uma experiência 'interativa'. Tais questões enquadram:

[...] a parte *objecti* de conteúdos plenos, cujo fascínio provém do enlace entre seres e elementos vivos e das correlações únicas desses elementos com o enquadramento: a terra, a água, o céu, o ar, a luz e as sombras, os ciclos do dia e da noite, o retorno das

³ Segundo a palavra 'Cultura' (Gallino, citado em Colafranceschi, 2007).

estações. A parte *subjecti* refere uma especial modalidade da experiência humana, sentimento participante que alia um estar originário, um ver simultâneo e um sentir pleno (SERRÃO, 2004, p. 102).

Uma dimensão que também é observável no trabalho que o Homem realiza através da criação de paisagens úteis e belas, fruto de uma Cultura e da criatividade humana.

A **ecologia**, ao tratar das relações dos seres vivos com o meio, é entendida como o pensamento que medeia a relação entre a Natureza e a Cultura e, portanto, esta é uma ciência basilar à arquitetura paisagista. De facto, trata-se de um domínio que é essencial não só na aplicação dos conceitos e valores científicos⁴, como através das bases que fornece para o desenvolvimento de estratégias geradoras de sistemas contínuos, abertos, flexíveis e adaptáveis. Daí que a ecologia seja um verdadeiro elemento primário, que estimula a imaginação, a produção e a construção (CARAPINHA, 2009).

A **ética** corresponde à base comum que disciplina regras com que todos nos devemos identificar, é o que deve regular os nossos comportamentos. No âmbito da arquitetura paisagista, compreende uma responsabilidade social, cultural e ecológica – a de criar lugares onde as pessoas possam habitar e desenvolver atividades de modo sustentável com respeito pela Natureza e com qualidade de vida, onde todos se possam relacionar, recrear, adquirir conhecimentos e desenvolver, mas também apoiarem-se, motivarem-se e inspirarem-se, para evoluírem em termos espirituais, cívicos e/ou artísticos.

3. Competências fundamentais à intervenção na paisagem

Depois de explorados os principais conceitos e valores em que a arquitetura da paisagem se apoia, estão reunidas as condições para prosseguirmos a nossa reflexão sobre as competências fundamentais à intervenção na paisagem. Estas compreendem atitudes essencialmente relacionadas com a complexidade da paisagem e com a função que o arquiteto paisagista tem perante ela. Entre as **principais competências do arquiteto paisagista** assinalam-se um conjunto que se encontra fortemente inter-relacionada e mesmo sobreposto: a atitude de síntese; o dominar simultaneamente o projeto e o desenho da

⁴ De que constituem exemplos as relações de diversidade, polaridade, gradação, flexibilidade biológica e a capacidade de adaptação e de recuperação; mas também os conceitos de biomassa, habitat e ecossistema, entre muitos outros.

paisagem; a visão inclusiva; a valorização da estética e da ética da paisagem; e a reflexão crítica (FREIRE, 2011).

A 'arte e ciência' e 'Natureza e Cultura' incluem-se entre os grandes fios condutores da intervenção do arquiteto paisagista – eles determinam a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos (pulverizados por várias áreas disciplinares) e o envolvimento artístico, com carácter mais abstrato e sensível (onde é indispensável o trabalho de observação, compreensão e conceptualização do espaço através do registo desenhado). Globalmente, todos estes conhecimentos e agilidades vêm depois a ter aplicação, ou reflexo, no desenho e projeto da paisagem, portanto na organização e concepção formal dos espaços da paisagem. Só na presença desses conhecimentos e com desenvoltura em tais tarefas de percepção, interpretação e tradução desenhada, é que o arquiteto paisagista é capaz de ter a necessária **atitude de síntese**. Em que a aceção da ideia de síntese segue o sentido dado por Kant: “[...]...o acto de juntar uma à outra diversas representações e de conceber a sua multiplicidade sob a forma de um conhecimento único.”⁵. Esta experiência racional, basicamente contrária à fragmentação do saber, caracteriza-se pelo facto de o todo envolver as interações entre as partes e as propriedades do conjunto serem diferentes das que reúnem as partes (MAGALHÃES, 2001). A arquitetura paisagista ao fundar-se, desde a sua instituição como disciplina em tais competências de síntese, posicionou-se num campo completamente distinto e mais exigente, particularmente importante na contemporaneidade.

A competência de se dominar simultaneamente o **projeto e o desenho da paisagem** traduz-se na necessidade de tratar, de modo equilibrado, ambas as escalas de intervenção da arquitetura paisagista (**Ilustração 3**). O conhecimento extremamente complexo da paisagem distingue-se pelas características fortemente dependentes da enorme extensão da paisagem e, simultaneamente, pelo seu carácter sempre particular. É esta circunstância que determina a necessidade de competências do arquiteto paisagista aos níveis dos espaços mais amplos e dos mais circunscritos, portanto no domínio do desenho da paisagem e do projeto do espaço aberto (com carácter mais urbano ou rural). A competência de intervenção em tais domínios complementares baseia-se na verdadeira possibilidade e capacidade de os relacionar e articular face aos objetivos da intervenção e à conjuntura temporal e espacial. Uma ação que deve ser fortemente apoiada (ou reforçada) na dinâmica que caracteriza a paisagem, daí a predisposição para a multifuncionalidade e o carácter adaptável das soluções anteriormente apontadas. Assim, uma articulação que é sustentada na exploração do papel da escala (alternando-se entre escalas - do local ao global e vice-versa – e pensando-se de modo

⁵ In palavra 'síntese', Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura.

hierarquizado) de modo a alcançar-se a conceito global associada à paisagem. Onde se englobam e articulam os domínios estético, sociocultural, ecológico e ético – a grande base sobre a qual se devem afirmar as principais questões relacionadas com a intervenção (5). Por exemplo em termos ecológicos, o estabelecimento de condições para que se possam vir a instalar determinados ecossistemas e habitats, com maior facilidade identificados num estudo que compreenda um contexto mais abrangente.

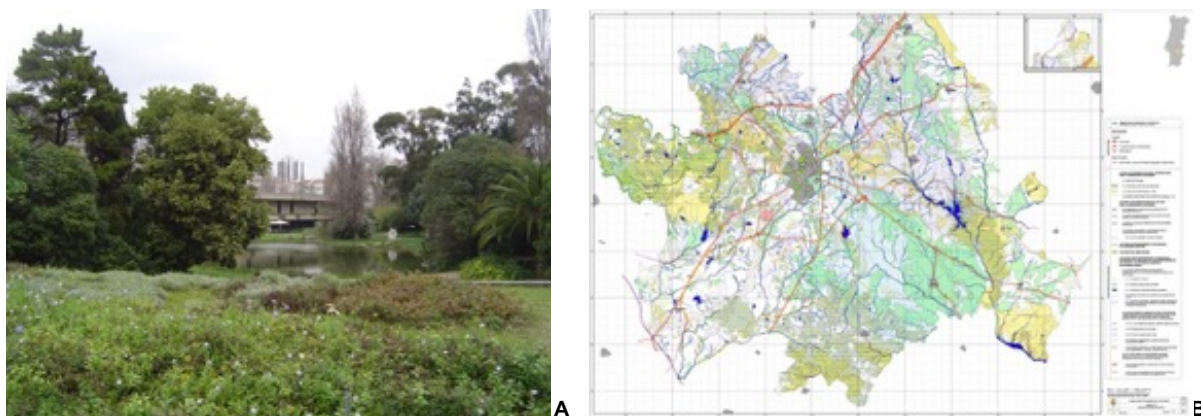


Ilustração 3 – (A) Jardim da Fundação Gulbenkian (Lisboa, Portugal) de 1969, da autoria dos Arquitetos Paisagistas portugueses António Vianna Barreto e Gonçalo Ribeiro Telles. (B) Plano da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) (Évora, Portugal) de 2007, da autoria de uma equipa da Universidade de Évora.

Fonte: (A) fotografia da autora, em 2009; (B) plano disponível em <http://www2.cm-evora.pt/PDME/01_ANEXO_VI/eem.jpg> , acesso em: 16 de agosto 2018.

Outra competência com expressivo significado para o arquiteto paisagista relaciona-se com a necessária **visão inclusiva**. Traduz-se na indispensabilidade (do 'e'), de idealizar de modo abrangente, de apreciar os problemas com o propósito de assim se desenvolverem soluções inclusivas, que envolvem os já mencionados domínios ecológicos, culturais, estéticos e éticos. Mas também uma atitude não elitista, que valorize todo o espaço aberto público e o privado, os utentes residentes e os turistas, a participação dos destinatários no processo e a interação social entre os potenciais utilizadores.

A visão inclusiva está fortemente relacionada com os conhecimentos que se possui, as capacidades de comunicação que se domina e o modo como se encadeia e inter-relaciona os vários componentes que participam na definição e transformação da paisagem. Assim, o arquiteto paisagista é um especialista na visão abrangente da paisagem, com um conhecimento especializado no âmbito da aplicação do processo conceptual à paisagem. Esta é uma competência que lhe confere ainda a capacidade de reunir e trabalhar em parceria com vários especialistas, bem como uma situação privilegiada na coordenação de um trabalho de equipa.

Uma vez que o arquiteto paisagista tem uma atuação que medeia as dinâmicas que operam entre a Natureza e a Cultura, o seu papel deve ser especialmente observado na contemporaneidade numa perspectiva que compreenda a **valorização da estética e da ética**⁶.

Estes domínios constituem um importante auxílio ao papel que o arquiteto paisagista tem na sociedade atual. Como já observamos, a estética engloba a experiências sensoriais do Homem na apreensão 'das' e 'nas' paisagens: “[...] não é um fenómeno puramente visual – ela engloba todas as experiências que afetam física, psicológica e socialmente o conforto humano.” (EATON, 2006, p.6). Envolve o apelo que vai além do visual, do cenário, apela a uma experiência corporificada, a tomar consciência do lugar e das ambiências, à materialidade, à tactilidade, à sonoridade e aos aromas. Um despertar dos sentidos a que se junta ainda um apelo à história e à memória. A ética, apreciada na perspectiva 'do outro', indica o respeito em relação à Natureza (incluindo aqui todos os seus seres) (SERRÃO, 2004). Assim, a responsabilidade ética do arquiteto paisagista é perante a Natureza – através de ações que favoreçam o equilíbrio ecológico, a riqueza biológica, a estabilidade física, a manutenção da diversidade e da fertilidade – e, identicamente, perante a sociedade – através da criação de espaços que favoreçam a vida do Homem, que valorizem as suas atividades e necessidades quotidianas (bem-estar físico e psicológico), que deem significado à existência e que permitam o deleite dos sentidos. Assim, uma ação que reconhece os efeitos que vão para além dos limites do lugar e momento concretos, que valoriza as formas de vida, os habitats, as fontes de alimento e de energia, cuja ação procura contaminar o modo de olhar o mundo (EATON, 2006). Uma contaminação que acaba por espelhar a postura pedagógica que cabe ao arquiteto paisagista afirmar na sociedade atual.

Para a concretização da perspectiva anterior, é essencial que se contemplem as competências ao nível da **reflexão e postura crítica**, e que as ações consequentes se afirmem de modo concordante com o discurso disciplinar, em uníssono. Deste modo, a intervenção que é presidida por uma reflexão crítica é promissora como crítica à Cultura contemporânea e à realização de ações práticas concertadas com tal postura. Uma atitude que confere ao arquiteto paisagista um papel chave, como agente de comunicação de uma

⁶ A eleição do domínio estético e ético justifica-se, na contemporaneidade, na valorização da componente estética frequentemente perdida no período moderno, (onde as questões funcionais e ecológicas mais se afirmaram) e na responsabilidade moral que o arquiteto paisagista tem perante a Natureza e a Cultura.

mensagem, que reflete sobre os valores e benefícios da sociedade em que vivemos e sobre o modo de operar as mudanças (**Ilustração 4**). Daqui decorrem intervenções que assentem na sustentabilidade e adaptabilidade dos lugares, onde são promissoras intervenções de projeto e planeamento, estruturadoras e adaptativas, portanto mais abertas e dinâmicas (onde população e natureza participam de modo ativo, completando ou (re)construindo o idealizado) e ainda intervenções simultaneamente sistêmicas e nevrálgicas.



Ilustração 4 – Parque *Aux Angéliques* (Bordéus, França) de 2015, da autoria do arquiteto paisagista francês Michel Desvigne.

A concepção do parque fundamenta-se na autenticidade e sustentabilidade e sentido inclusivo das opções: recuperação ecológica e urbana de uma área da cidade através da criação de um grande espaço aberto público de recreio, margens do rio naturalizadas, promoção da máxima da infiltração (áreas plantadas e demolição de edifícios pré-existentes), uso de espécies arbóreas bem adaptadas (com consequentes reduzidos consumos de água e de fitofármacos), recuperação do antigo sistema de valas de drenagem do século XVII (com características de prevenção dos riscos de inundação).

Fonte: plano e fotografia disponíveis em <<https://www.toposmagazine.com/?s=parc+aux+angeliques>>, acesso em: 2 de maio 2018.

Entre as **competências mais específicas relacionadas com o projeto de arquitetura paisagista e com o desenho da paisagem**, que constituem as principais atividades que o arquiteto paisagista realiza, encontram-se os domínios ligados ao **‘saber’**, ao **‘saber ver’**, ao **‘saber fazer’**, ao **‘saber ser’** e **‘saber devir’**, gradual e crescentemente dominados e aperfeiçoados. As competências exigidas envolvem assim o trabalhar adequadamente com diversos conhecimentos, incluindo a escolha e adaptação face a cada situação concreta. Entre as capacidades requeridas, num campo que integra os domínios intelectuais, verbais e práticos encontram-se fundamentalmente as seguintes:

- Aplicar, sustentar e comunicar o processo projetual, de modo preciso e conciso, utilizando o vocabulário adequado, discutindo conceitos, processos e teorias. Neste âmbito inclui-se também a aquisição de um processo projetual que manifeste a sensibilidade própria ao projetista;
- Realizar uma aproximação criativa à paisagem, a traduzir na elaboração da síntese, conceptualmente formalizada. Processo que deve ser sustentado nos conceitos e valores

específicos à arquitetura paisagista, na percepção e expressão da paisagem e em ações de pesquisa e reflexão disciplinadas por estratégias;

- Trabalhar e relacionar distintas escalas da paisagem, bem como intervir nos principais contextos que lhe são característicos;
- Compreender a paisagem como um sistema natural e cultural dinâmico, sabendo-o traduzir objetivamente nas intervenções que estabelece;
- Afirmar as especificidades ecológicas, culturais, estéticas e éticas que se confrontam numa situação e momento concretos;
- Realizar, resumir e apresentar um projeto ou estudo da paisagem, face a uma situação concreta, com recurso aos meios de comunicação convenientes e com adequada argumentação desenhada, escrita e verbal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFAIATE, Teresa. *Expressão dos valores do sítio na paisagem*. 2000. Tese de Doutoramento - Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

ASSUNTO, Rosário. *Il paesaggio e l'estetica* (1ª Ed. 1971). Palermo: Edizioni Novecento, 1994.

CARAPINHA, Aurora. *Ars cooperativa naturae* em Portugal. In: L. Diedrich (Ed.). *On site. Arquitectura del paisaje en Europa*. Barcelona: Gustavo Gili, 2009. p. 29-31,

COLAFRANCESCHI, Daniela. *Landscape + 100 palabras para habitarlo*. Barcelona: Gustavo Gili, 2007. (Land&ScapeSeries)

CONSELHO DA EUROPA. *Convenção Europeia da Paisagem*. Estrasburgo, 2000. (Convenção ratificada por Portugal em 2005 - Dec. nº4/2005, de 14 de Fevereiro).

EATON, Marcela. Revisiting philosophy and education in landscape architecture. In: INTERNATIONAL CONFERENCE DESIGN RESEARCH SOCIETY, 2006, Lisboa. Proceedings of Conference Design Research Society, Lisboa: IADE, 2006, p.1-16.

ENCICLOPÉDIA Luso-Brasileira Da Cultura. V. 17, Lisboa: Editorial Verbo, 1975.

FERRIOLO, Massimo Venturi. 'Cultura'. In: Daniela Colafranceschi. *Landscape + 100 palabras para habitarlo*. Barcelona: Gustavo Gili, p. 44, 2007. (Land&ScapeSeries)

FREIRE, Maria da Conceição Marques. *Arquitetura Paisagista: Uma teoria e uma praxis, entre a natureza e a cultura. Leituras Paisagísticas: teoria e praxis*, n. 5, Rio Books Editores, 2015, p. 51-68.

FREIRE, Maria da Conceição Marques. *Para uma diferente aproximação ao ensino do projeto de arquitetura paisagista*. 2011. Tese (Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem), Universidade de Évora, Évora.

LENCLUD, G. Ethnologie et paysage. In: C. Voisenat (Ed.). *Paysages au pluriel pour une approche ethnologique du paysage*. Paris: Edition de la MSH., 1995. p. 3-17.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. *A arquitetura paisagista. Morfologia e complexidade*. Lisboa: Estampa, 2001.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius loci. Paysage, ambiance, architecture* (3a Ed.). (O. Seyler, Trans.). Bruxelas: Pierre Mardaga Éditeur, 1997. (obra original publicada em 1979).

REVISTA DE ARQUITETURA PAISAGISTA. Lisboa: Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, n. 9, out, 2012.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Filosofia e paisagem. Aproximações a uma categoria estética. *Philosophica*, Lisboa, n. 23, p. 87-102, 2004.

TELLES, Gonçalo Ribeiro Telles. A perca da complexidade da paisagem portuguesa. *Jornal Arquitectos*, Lisboa, n. 206, p. 73-78, maio/junho, 2002.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. *Jubilação do Professor Gonçalo Ribeiro Telles*. Évora: Universidade de Évora, 1992.